REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ILHA DA TERCEIRA REALIZADA A 29 DE ABRIL DE 2021

ATA N.º 4

Aos vinte e nove dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e um pelas dez horas, no pequeno Auditório do Centro Cultural e de Congressos de Angra do Heroísmo, reuniu o Conselho de Ilha da Terceira em reunião extraordinária.

Nesta reunião estiveram presentes os seguintes conselheiros:

José Gabriel do Álamo de Meneses – Presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo

Tibério Manuel Faria Dinis – Presidente da Câmara Municipal da Praia da Vitória

Ricardo Manuel Rodrigues de Barros – Presidente da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo

Paulo Manuel Ávila Messias – Presidente da Assembleia Municipal da Praia da Vitória

João Luís Sanchez dos Santos – Representante da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo

Tânia Gil da Rocha Lemos – Representante da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo

Luis Alberto Garcia de Castro Pereira da Costa - Representante da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo

Elmano Manuel Vieira Nunes - Representante da Assembleia Municipal da Praia da Vitória

Valter Manuel Linhares Peres - Representante da Assembleia Municipal da Praia da Vitória

Paulo Manuel Martins Luís - Representante da Assembleia Municipal da Praia da Vitória

Rómulo Ficher Correia – Presidente da Junta de Freguesia da Terra Chã

Emanuel Garcia – Presidente da Junta de Freguesia de Santa Luzia

Helga da Rocha Barcelos– Representante da Câmara do Comércio

António Simões, em substituição **de Rodrigo Hintze Rodrigues-** Representante da Câmara do Comércio

Vitor Silva – Representante da CGTP

José António Sozinho Azevedo – Representante da Associação Agrícola da Ilha Terceira.

Raquel Gomes Caetano Ferreira – Representante das Associações de Defesa da Igualdade de Género

Compareceram os seguintes deputados:

Tiago Lopes - do Partido Socialista

Paulo Gomes - do Partido Social Democrata

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Análise e discussão sobre Projeto de Resolução n.º 51/XII (CDS-PP) – "Modelo Alternativo de Transporte Marítimo de Mercadoria nos Açores" com vista à emissão do respetivo parecer

O Presidente do Conselho de Ilha, saudou os presentes, referindo existir quórum para que se iniciassem os trabalhos, com vista a apreciar-se o assunto para o qual fora convocada a reunião extraordinária daquele órgão.

Usaram da palavra, os seguintes conselheiros:

O Conselheiro José António Sozinho Azevedo, disse pensar que este assunto dos transportes marítimos inter ilhas, já tem barbas sendo um assunto que vem a ser debatido há muito tempo, por diversos governos, já foram apresentadas diversas alternativas, acontecendo que até aquele momento não existia uma alternativa credível que servisse vivamente os açorianos e a economia da Região. Sendo que, as ilhas maiores, tinham a hipótese de se "safar" com os transportes marítimos, embora houvesse grandes constrangimentos, principalmente com o não cumprimento dos calendários com os stocks devidos em cada uma das ilhas, sendo que nas ilhas mais pequenas a situação ainda mais se agravava, embora o Conselho de ilha tenha incidência sobre a Ilha Terceira, tem a convicção que o que estava a ser debatido era que o modelo de transportes marítimos para a Região tem de ser um modelo que sirva todas as ilhas sem exceção. Na sua perspetiva ter-se-ia o Porto de Ponta Delgada e o da Praia da Vitória, tipo Hubs para escoar para fora da região os bens transacionáveis e também serem porta de entrada para tudo o que se importa. Teria de haver mais barcos para fazer as ligações entre as outra ilhas. Como faz parte da Federação Agrícola dos Açores, todas as semanas recebem reclamações, de ilhas como Graciosa, São Jorge, Faial e Pico, que fazem abate de animais, sendo que o barco só toca praticamente duas vezes por mês aquelas ilhas, elas estipulam os abates para a semana que sai o barco, por vezes, é alterado o percurso do navio e assim fica a carne ligada ao frio mais uma semana perdendo a qualidade sendo que muita dela não é integrada na cadeia alimentar e quando o é, geralmente é com percas de 30 a 50 por cento.

Disse julgar que daqui a tempos não se terá operadores a trabalhar nessas ilhas, se não se der garanta de "toques" semanais ou quinzenais que façam a carga transitar para as ilhas Terceira ou São Miguel, como já referiu, e que depois tenha pelo menos 2 toques semanais a sair para o continente português – Lisboa e Leixões. Só assim se conseguirá ter uma verdadeira articulação de transportes marítimos inter-ilhas e para fora da região e que a sirva.

O Conselheiro Álamo de Meneses - Referiu que a matéria que estava em debate era antiga, como muito bem tinham acabado de ouvir e muito mais antiga do que isso porque ia entroncar num outro estudo e debate, com mais de uma década, quando foi elaborado o PROTAA, sendo que na altura aquela questão fora profundamente debatida no parlamento quando se aprovou o PROTAA e a solução apontada para o mesmo era exatamente aquela que se acabara de ouvir propor e está consignada no Decreto Legislativo Regional que diz que serão criadas duas plataformas logísticas nos portos de Ponta Delgada e Praia da Vitória, a partir dos quais se fariam a distribuição das mercadorias e a concentração das mercadorias para exportação.

Disse que o que estava a ser colocado para apreciação era a proposta de realização de um estudo, não chega tão longe como o que se estivera a falar, de qualquer maneira julga ser um passo positivo no sentido de se voltar a debater a questão e se voltar a olhar para o que já fora feito e o que faltava fazer na matéria. Em representação da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, a mesma por unanimidade deu parecer positivo à realização do estudo, sendo de louvar a iniciativa, por de facto ser um primeiro passo. Contudo, é um primeiro passo que já foi dado várias vezes, portanto esta será a segunda, terceira ou quarta vez, se não lhe falha a memória, mas o que se tornava necessário é que acontecesse o que vem a seguir que é, além de se fazer o estudo e de se apontarem para soluções, é preciso operacionalizá-las.

O Deputado Pedro Pinto - Começou por referir que era com grato prazer que via a luz do dia chegar para a proposta apresentada. A mesma, nomeadamente a parte resolutiva, mantem-se desde 2015, foi quando foi apresentada pela primeira vez na Assembleia Legislativa Regional, foi chumbada em 2016, em abril de 2017, voltou a ser apresentada em 2018, sendo chumbada em julho do mesmo ano, foi apresentada outra vez em 2020 e agora em 2021. Efetivamente, tal como o Presidente da CMAH havia referido, existe o PROTAA, efetivamente estão lá vertidas regras de transporte de mercadorias através da criação de dois hubs logísticos, nos portos mencionados, que nunca foram materializados e entrou-se no seculo XXI e continua-se com os mesmos problemas de transportes, que foram muito bem elencados pelo conselheiro representante da Associação Agrícola da Ilha Terceira. Disse julgar que já era hora de os Açores evoluírem, darem aquele passo civilizacional, que era disso que se tratava, os navios já não eram a vapor e portanto estavam reunidas todas as condições técnicas, em termos de meios de transporte e tal como se tem portos com infraestruturas, suficientes, seja em termos de cargas, seja de

proteção, seja de gruas, em várias ilhas, não só em Ponta Delgada, e portanto não fazia sentido que continue o mesmo "carrocel" que é todos os navios convergirem em S. Miguel, lá descarregam a carga, voltam a carregar num navio e esse navio vai às capelinhas pelas ilhas fora, uma semana por cada três semanas, cada armador combina uma semana para si. E, portanto, julga estar na hora de evoluir e de fazer efetivamente um estudo sério e isento, até o resultado do estudo pode ser que o atual modelo até seja o melhor, que não há outra alternativa, aceitando-se esse resultado, mas que se estude, que foi algo que foi negado desde 2015. Esta resolução, tirando a parte preambular, é uma resolução que é isenta de qualquer dogma, apenas se pede ao Governo que faça um estudo, logo, à partida, nenhuma condição prévia, não se pede que se estude, isto comparado com aquilo, ou que se exclua isto ou privilegie aquilo, ' é apenas um pedido para que se faça um estudo, pelo que não compreende porque desde 2015 que não se faz o mesmo. Pelo que fica muito feliz, por em 2021, fruto da conjuntura, resultante das eleições do final de 2020, mudou o cenário político-partidário na região e portanto é possível aprovar essa resolução. Pelo que, enquanto membro do conselho de ilha o seu parecer é favorável a que se faça o estudo porque só vai beneficiar o desenvolvimento de todos os Açores. Obviamente que no Conselho de Ilha da Terceira, preocupam-se especialmente pela Ilha Terceira e pelos sectores de atividade da mesma, obviamente que havendo um hub na Terceira, a economia desta ilha será beneficiada, é certo, e, portanto, têm-se essa obrigação, mais não seja uma obrigação moral de defender as estruturas produtivas da Ilha Terceira.

A Conselheira Helga Barcelos, em representação da Câmara do Comercio de Angra do Heroísmo, referiu que aquela entidade dava os parabéns pela iniciativa do estudo, a própria Câmara do Comércio já havia feito um estudo sobre os transportes e tem plena consciência da importância que os transportes têm no desenvolvimento da Ilha Terceira e de toda a Região. Gostariam que fosse feito aquele estudo, mas tinham algumas recomendações para o estudo, sendo que as entregariam ao deputado Pedro Pinto.

Uma das coisas que achavam preponderante é que se considerasse sempre dois portos de entrada e de saída, no mínimo;

É preponderante que o estudo fosse feito de facto por um organismo isento, que tenha uma visão ampla e bastante conhecimento dos transportes de mercadorias para que possam todos, enquanto região, beneficiar com o mesmo. Disse concordar com o que o presidente da CMAH dizia que era importante estudar, mas mais importante do que o estudo e o seu resultado é ter coragem para operacionalizar aquilo que são as recomendações dos estudos, para que toda a região se desenvolva.

Acham muito importante que sejam avaliadas aquilo que são as mercadorias a transportar, a importância que elas têm na carga total e a perecibilidade desses produtos, é algo que tem de ser visto, porque muitas vezes, entre as ligações, o facto de passar os navios pelas ilhas todas e irem até São Miguel perde-se um ou dois dias de validade em produtos que tem oito ou dez dias. Isso tem um impacto enorme, está-se a falar de 2/3 da validade do

produto e esse estudo vai sem sombra de dúvida, desenvolver a ilha Terceira e com este desenvolvimento todo o grupo Central vai beneficiar porque se sente uma grande dificuldade na ligação entre ilhas no que se refere ao Grupo Central. Assim reforçou os parabéns e afirmou que votariam a favor.

Conselheiro Tibério Dinis, referiu não ser um assunto novo no Conselho de Ilha da Terceira, bastava olhar-se para as horas e horas de debate que tiveram e as linhas que estão escritas nas atas do Conselho de Ilha. Crê que a posição será bastante consensual sendo importante que tenham essa posição conjunta. Como já fora referido pelas anteriores intervenções o que estava para apreciação era o parecer do início do estudo, pelo que julgava que será feita, por quem efetuar o estudo, a auscultação das forças vivas, os empresários e todos os que estão envolvidos diretamente e que são beneficiados ou prejudicados com os diversos tipos de modelo que podem vir a ser apresentados. Como também já havia sido referido, várias vezes no passado já havia sido lançado este primeiro passo, mas sublinhou uma vez mais que seja realizado sem qualquer tipo de preconceito geográfico, político ou qualquer que seja. Quando houver esses resultados certamente também estarão, os conselheiros disponíveis para avaliarem os resultados e depois sim tomar as devidas decisões. Da parte da Câmara Municipal da Praia da Vitória é consensual que se realize o estudo em questão.

O Conselheiro Paulo Luís, referiu que realmente nos últimos quatro anos que faz parte do Conselho de Ilha da Terceira, o que mais se ouviu foram as expressões "em estudo ou para estudo" diversos temas que já se abordou nesses anos e o resultado sempre foi "ou vai para estudo ou está em estudo ou será feito um estudo" o que agora se apresentava era sim dos mais importantes por ser revelador das insuficiências dos últimos anos/décadas de transporte marítimo para a Ilha Terceira e era necessário, efetivamente, não só concretizar aquilo que deveria ter sido concretizado quando foi explanado no PROTAA, mas passados 15 anos era necessário também rever alguns dos pressupostos ao transporte marítimo. A carga atualmente transportada é muito diferente, a próprias interligações, por via aérea também são diferentes, há um conjunto de variáveis, que têm de ser ponderadas, não só por quem irá fazer o estudo mas também, quando o Conselho de Ilha for analisar as próprias conclusões, pois não se pretende que seja um estudo estanque, que não tenha uma noção da realidade abrangente de toda a ilha em todas as variantes, pelo que entende que o mesmo tem de ser muito bem analisado e estudado e sobretudo que seja independente.

Alertou que na recomendação ou parecer a enviar ao governo deveria colocar-se um deadline para a apresentação do estudo e depois do mesmo, o conselho de Ilha estará disponível para tirar as conclusões sobre a matéria que irá resultar do mesmo.

O Deputado Paulo Gomes, congratulou o projeto dizendo julgar que o mesmo é muito importante. Espera que no final do estudo não se chegue à conclusão de que afinal o atual era melhor, porque seria muito mau. Julga necessário haver uma maior equidade nos preços a pagar em cada ilha, a diferença entre aquilo que é praticado na Terceira e em São Miguel é bastante acentuada, principalmente para aquela mercadoria que vem em palete os empresários na ilha de São Miguel pagam muito menos do que os da Ilha Terceira, além de que recebem os produtos com alguma antecedência do que a nossa ilha. Julga que a melhoria dos preços, a rapidez a chegar ao seu destino é fundamental.

O Conselheiro José António Sozinho Azevedo, alertou que o estudo tem de ter em conta a fluidez das mercadorias, mas também atenuar os custos que se tem no momento. Se se quer ter uma economia sustentável e rentável, há que ter transportes marítimos a outro custo, quer inter-ilhas quer para fora da Região. Ou seja, um modelo muito mais económico.

A Conselheira Tânia Rocha, partilhou uma situação que se depara no decurso da sua profissão como nutricionista, muitas vezes segue utentes de outras ilhas, fazendo-lhe alguma confusão quando se depara com utentes que referem muitas vezes não conseguirem adquirir, alimentos como hortícolas, ou determinados produtos alimentares mais específicos, porque simplesmente ou estão esgotados ou esgotam rapidamente. No seu ponto de vista julga que nos tempos de hoje é impensável e diria até discriminatório para as ilhas menores não poderem ter oferta alimentar. Muitas vezes os utentes quando estão de passagem pela Terceira, acabam por adquirir géneros alimentares para levarem para as ilhas de residência. Assim julga que o estudo será importante, mas mais do que o estudo será o seu resultado e a implementação desses resultados. Há que pensar que somos uma região que é constituída por várias ilhas e não focarmo-nos numa em específico, para benefício de todos os Açoreanos.

O Deputado Pedro Pinto, começou por dizer que não fez intencionalmente a abordagem seguinte na primeira intervenção que fez por julgar não ser o momento próprio. Agora que se manifestaram os senhores conselheiros, julga que o Conselho de Ilha também se devia mostrar preocupado com a proposta apresentada na Assembleia da República pelo Partido Social Democrata, para que a república financie o modelo de transportes de carga marítima no montante de 10 milhões de euros. Por muito bondosa que seja a proposta encerra em si uma maldade e que é bloquear à Ilha de São Miguel o transporte marítimo, ou seja, ao determinar na sua redação que deve ser feito um calculo base para a compensação do sobrecusto do transporte de mercadorias para as restantes ilhas e bloquear esse calculo ao porto de Ponta Delgada tem como consequência natural que vai fixar em Ponta Delgada o transporte marítimo e a partir daí a cabotagem inter-ilhas, pelo que considera isso uma manobra de antecipação a qualquer resultado que este estudo que se está a propor, possa ter. Assim, julga que o Conselho de Ilha também se deveria manifestar no sentido de condicionar ou impedir que se materialize qualquer outro tipo

de modelo de transporte ao fixar um subsídio da república e tendo por base o transporte Lisboa – Ponta Delgada como o preço de referência para a compensação do sobre custo do transporte de mercadorias para qualquer outra ilha.

O Conselheiro Álamo de Meneses, disse que a última intervenção tinha vindo tocar num tema que também já havia pensado levantar e que vinha num caminho de algo que nos açores já se tem alguma experiência e uma experiência que nos deveria avisar contra este tipo de soluções. Quando se tenta colocar as nossas necessidades perante a república e sempre colocamos como algo que deve ser pago ou deve ser compensado acaba-se por criar ineficiências gigantescas que depois têm um custo enorme sobre o nosso desenvolvimento. Lembrou a questão elétrica em que atualmente, apesar de termos um grau de penetração enorme de energias renováveis estamos a pagar um preço que é regulado pela republica, porque há uns anos atrás achou-se ser melhor colocar os consumidores do continente a pagar parte dos nossos recursos, o resultado é uma renda que se transfere todos os anos para o sistema elétrico dos Açores e que impede na prática qualquer procura de eficiência porque na verdade quanto mais ineficiente o sistema for maior é a subsidiação. Foi buscar para exemplo, este caso para chegar ao essencial. Disse, lembremo-nos do que foi a questão do transporte aéreo, e o que aconteceu que acabou em 2015, com a abertura das ligações aéreas com o exterior e a liberalização do sistema, que mantido durante décadas com o sistema de subsidiação que tinha de ser assim. Se entrarmos para este estudo a partir de soluções de subsídio-dependência o que se vai fazer é bloquear o sistema mais uma vez. Lembrou que o atual sistema está bloqueado, do ponto de vista legal, através da regra dos cinco toques, que já foi falado várias vezes, na verdade há um conjunto de barreiras técnicas que neste momento estão colocadas no sistema e que impedem a procura de eficiência. Na prática temos um sistema que está bloqueado através de regras aparentemente bondosas, quando as lemos ficamos a pensar, isto está feito para o navio vai a cinco ilhas, o que não acontece, porque arranjou-se uma forma de contornar, tal situação impede a entrada no mercado de outros players. Tentar perpetuar isto para o futuro através do pagamento do estado é absolutamente negativo para o nosso futuro. Mais vale assumir-se que há custos da insularidade, que temos de viver com eles, mas também há caminhos de eficiência que temos que os procurar. Tentar matar a inovação e empreendedorismo, à conta de um subsídio de 10 milhões de euros é vendermo-nos por um preço muito baixo pelo que faz suas as palavras do senhor deputado tendo toda a razão naquilo que disse.

O Conselheiro Tibério Dinis – Na intervenção sobre o parecer da proposta em análise, não referiu a proposta que está pendente em lisboa, precisamente para não misturar os assuntos. É verdade que o Conselho de Ilha, não tem legalmente o poder de dar parecer sobre documentos que estão em sede de discussão na Assembleia da República, até é algo que faz falta aos conselhos de ilha, mas julga que a Assembleia Legislativa Regional pode e deve fazê-lo de forma veemente. A proposta que está a ser discutida e em análise em Lisboa é uma proposta perversa é uma centralização encapotada e subsidiada é

provavelmente dos maiores ataques que temos ao Porto da Praia da Vitória, na sua operacionalização e na sua rentabilização, por colocar a futuro e médio prazo tudo aquilo que são os projetos e as ideias que existem de alguma forma consensuais na Terceira para o futuro do Porto da Praia da Vitória é arrumar tudo isto numa gaveta e nunca mais a abrir e, se já temos um problema, que é o acordo que os armadores fazem formalmente relativamente à gestão dos stocks e da distribuição que entre eles fazem, à margem daquilo que é os normativos legais, se a isto ainda viermos a colocar um subsídio, vai desregular o bom funcionamento do mercado, então aí as coisas nunca vão funcionar, por muito bem intencionado que o estudo aqui proposto tenha na sua origem. Julga que devem concentrar-se naquilo que é o objetivo da reunião de hoje, que é o parecer positivo ao estudo e que esse estudo seja feito conforme aquilo que foi dito nas primeiras intervenções de vários quadrantes, que seja feito sem preconceitos, independência, abordando todas as soluções e cenários possíveis para que se possa no devido tempo avaliar os resultados do estudo. O que está nesse momento e em proposta em Lisboa, não pode merecer de todo a concordância, até porque é um espírito completamente ao contrário daquilo que tem sido as linhas e o debate que têm tido ao longo dos anos no Conselho de Ilha, são coisas completamente antagónicas.

Conselheiro Paulo Luís – Disse concordar de todo que, efetivamente a proposta que está na Assembleia da República, é uma total afronta ao funcionamento do atual modelo de transporte de mercadorias e sobretudo também à proposta do CDS-PP, que já tem, pelo menos 6 anos, de alteração de um modelo de mercadorias nos Açores. Ressalvou que o modelo de transporte de mercadorias na Região Autónoma dos Açores é implementado após audiência do Governo Regional.

O Presidente do Conselho de Ilha, disse que à medida que foi ouvindo os senhores conselheiros foi tomando algumas notas, tendo assim uma proposta de parecer a submeter à consideração do conselho de ilha do seguinte teor:

"1 – Questão já debatida no PROTA, em 2010, que já referia duas plataformas logísticas para a redistribuição das cargas marítimas inter-ilhas, mas que na verdade nunca teve aplicação prática com consequências negativas para comerciantes e consumidores da maioria das Ilhas da Região;

2 – O Conselho de Ilha louva a iniciativa esperando que esta contribua para resolver, em definitivo, o problema do transporte marítimo de mercadorias inter-ilhas;

3 – Consideramos que deve ser feito, com carácter de urgência, um estudo, por organismo independentemente e de reconhecido mérito, sobre o modelo de transporte marítimo de mercadorias para a Região Autónoma dos Açores;

4 – O Conselho de Ilha considera que não deve existir qualquer outra iniciativa legislativa quanto ao modelo de transporte marítimo enquanto o estudo a que se refere a presente proposta não for discutida e aprovada na Assembleia Legislativa da Regional".

Posto à votação o parecer a emitir, o mesmo **foi aprovado por unanimidade**.

Ficou também decidido juntar-se o parecer da Câmara do Comércio, sobre o assunto, que foi lido pelo presidente da mesa, e que aqui se dá por integralmente reproduzido.

Não havendo mais intervenções o presidente da mesa agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião eram onze horas e quarenta e cinco minutos, da qual se lavrou a presente ata que por ele vai ser assinada.

O Presidente da mesa do Conselho de Ilha da Terceira

_____

Ricardo Manuel Rodrigues de Barros